
Curitiba - PR, 17 de maio de 2023.

Aos acionistas da

REAL CREDI SECURITIZADORA S/A.

Senhores Acionistas,

A administração da **REAL CREDI SECURITIZADORA S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2022 comparativas a 31 de dezembro de 2021

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 12 de dezembro de 2011 de acordo com as leis brasileiras vigentes, A companhia tem por objeto específico a exploração do negócio de (I) aquisição e securitização de direitos creditórios, (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e reaquisição dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas prestações, (V) realização de negócios e prestações de serviços compatíveis com suas atividades; (VI) aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma de Lei 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de créditos.

Atenciosamente,

REAL CREDI SECURITIZADORA S/A.

Thiago Marcel Bertoncello Franciosi

Diretor Presidente

Balanço Patrimonial dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	465.941	1.352.058
Clientes a receber	6	10.264.355	11.174.408
Impostos a recuperar		7.498	
Outros créditos	7	3.222.046	3.803.517
Total do Ativo Circulante		13.959.840	16.329.983
Ativo não circulante			
Imobilizado	8	54.111	20.356
Total do Ativo Circulante		54.111	20.356
Total do Ativo		14.013.951	16.350.339
PASSIVO		31.12.2022	31.12.2021
Passivo Circulante			
Obrigações com fornecedores		8.754	8.196
Obrigações tributárias		7.769	13.166
Obrigações com pessoal		45.057	37.060
Outras obrigações	9	1.296.949	2.040.369
Total do passivo Circulante		1.358.529	2.098.791
Passivo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	12.516.879	14.273.005
Total do passivo não circulante		12.516.879	14.273.005
Patrimônio líquido	11		
Capital social		50.000	50.000
Reserva Legal		10.000	10.000
Reserva de lucros		78.543	(81.457)
Total do patrimônio líquido		138.543	(21.457)
Total do Passivo		14.013.951	16.350.339

Demonstração do Resultado do exercício findo em:

(Valores expressos em reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Receitas operacionais			
Receita de Securitização		1.651.843	1.119.350
Receita de prestação de serviços		67.345	41.955
(-) Deduções da receita		(12.645)	(10.385)
(-) Despesas de captação		(1.831.691)	(1.101.436)
Receita operacional líquida		(125.148)	49.484
Lucro bruto		(125.148)	49.484
Despesas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas		(2.265.799)	(946.950)
Total das despesas operacionais		(2.265.799)	(946.950)
Lucro antes do Resultado Financeiro	12	(2.390.947)	(897.466)
Despesas financeiras		(31.991)	(16.178)
Receitas financeiras		900.060	670.667
Resultado financeiro líquido	13	868.069	654.489
Outras receitas não operacionais		1.750.000	310.000
Outras receitas operacionais		1.750.000	310.000
Resultado antes das provisões		227.122	67.023
(-) Provisão para imposto de renda		(25.589)	(11.889)
(-) Provisão para contribuição social		(15.353)	(7.133)
Lucro líquido do período		186.180	48.001

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.000	10.000	(129.458)	(69.458)
Resultado do Exercício			48.001	48.001
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.000	10.000	(81.457)	(21.457)
Resultado do Exercício			186.180	186.180
Distribuição de Dividendos			(26.180)	(26.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.000	10.000	78.543	138.543

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	227.122	67.023
Ajustado por:		
- Depreciação	14.244	
- Remuneração de debêntures	1.831.691	1.101.436
	2.073.057	1.168.459
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos creditórios a receber	910.053	642.078
Outros créditos	581.471	(1.739.801)
Impostos a recuperar	(7.498)	591
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações com fornecedores	558	(416)
Obrigações Tributárias	(5.396)	7.734
Obrigações com Pessoal	7.997	12.787
Outras Obrigações	(743.420)	1.957.989
Caixa proveniente/(usado) nas operações	2.816.822	2.049.421
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(40.942)	(19.022)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	2.775.880	2.030.399
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(48.000)	
Venda de imobilizado		286.574
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(48.000)	286.574
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos		(31.711)
Pagamento de dividendos	(26.180)	
Ingresso de títulos e valores mobiliários	3.176.658	11.635.991
Resgate de títulos e valores mobiliários	(6.764.475)	(13.114.188)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(3.613.997)	(1.509.908)
Aumento/(Diminuição) Líquida de caixa e equivalentes a caixa	(886.117)	807.065
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.352.058	544.993
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	465.941	1.352.058

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparativas a 31 de dezembro de 2021.

1) Contexto Operacional

A Real Credi Securitizadora S/A, é uma sociedade por ações constituída em 12 de dezembro de 2011 de acordo com as leis brasileiras vigentes, A companhia tem por objeto específico a exploração do negócio de (I) aquisição e securitização de direitos creditórios, (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e reaquisição dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas prestações, (V) realização de negócios e prestações de serviços compatíveis com suas atividades; (VI) aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma de Lei 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de créditos. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Tv. Arnaldo Kuhl, AP 46, bairro Portão, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná CEP 81.070-020.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de Liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2023 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2023, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto

existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham

capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 24 – Evento subsequente
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade

A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita**i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é

reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

(a) Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido- correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$

240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

(b) Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que

se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.13 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15 Evento Subsequente

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem o fundo fixo de caixa, bem como os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Bancos Conta Movimento	456.433	1.342.221
Caixa	9.508	9.837
Caixa e equivalentes de caixa	465.941	1.352.058

6) Duplicatas a receber

O saldo de Duplicatas a Receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada,

em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

Esta carteira é composta por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Clientes	11.021.527	11.230.991
Provisão p/ créditos Liquidação Duvidosa	(757.172)	(56.583)
Total de Duplicatas a receber	10.264.355	11.174.408

7) Outros Créditos

A conta “Outros créditos” é composta por adiantamentos feitos a fornecedores e funcionários, Empréstimos a pessoas ligadas, além de bens recebidos como pagamento de clientes e mantidos para revenda, apresentando o seguinte saldo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos – Fluxo futuro	1.995.715	2.054.259
Adiantamentos para Clientes	3.627	
Adiantamentos para Funcionários	42	1.044
Empréstimos pessoas ligadas		17.783
Créditos em Juízo	21.479	
Bens para revenda	1.200.000	1.900.000
Despesas a Apropriar	1.183	
Outros Créditos	3.222.046	3.803.517

8) Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto do imobilizado estar em condições de uso. A

depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual. A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado	88.926	40.927
(-) Depreciação	(34.815)	(20.571)
Imobilizado	54.111	20.356

9) *Outras obrigações*

A conta “Outras obrigações”, é composta por adiantamentos a Clientes além de outras contas a pagar, dispostos da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos de Clientes	838.467	440.289
Contas a pagar	450.084	1.600.080
Dividendos a pagar	8.398	
Outras Obrigações	1.296.949	2.040.369

10) *Títulos e Valores mobiliários*

No dia 30 de janeiro de 2012, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 1ª emissão privada de 210 (duzentas e dez) debêntures, no montante de R\$ 210.000,00 (duzentas e dez mil reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), realizada em série única, com prazo de subscrição de no máximo de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de sua emissão. As debêntures farão jus à participação dos lucros antes dos impostos na proporção de 90% (noventa por cento) destes, sendo devidamente devida mensalmente à medida que o lucro for auferido.

No dia 15 do mês de março de 2018, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 2ª emissão privada de debêntures, onde foram emitidas 2.000 (duas mil) debêntures simples, no montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. As debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 60

(sessenta) meses. Farão jus à remuneração de 100% (cem por cento) do CDI. Em 25/03/2019 houve o aditamento da remuneração, passando a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI.

Em 01/01/2021 houve o 2º. Aditamento da 2ª. Emissão de Debêntures, passando a remuneração para 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao mês.

No dia 05 do mês de novembro de 2018, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 3ª emissão privada de debêntures, onde foram emitidas 5.500 (cinco mil e quinhentas) debêntures simples, em duas series, no montante de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. As debêntures deverão ser integralizadas no prazo máximo de 60 (sessenta) meses. As debentures da 1ª serie farão jus à remuneração de 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI. As debentures da 2ª serie farão jus à remuneração de 160% (cento e sessenta por cento) do CDI.

Em 19/12/2022 houve um aditamento referente a remuneração das debêntures, ficando as seguintes remunerações:

As debentures da 1ª serie farão jus à remuneração de 100% (cem por cento) do CDI, acrescidas de 3% a.a. As debentures da 2ª serie farão jus à remuneração de 100% (cem por cento) do CDI, acrescidas de 3% a.a.

No dia 5 do mês de novembro de 2018, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 4ª emissão privada de debêntures, onde foram emitidas 4.000 (quatro mil) debêntures simples, em série única, no montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. As debêntures deverão ser integralizadas no prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

As debentures farão jus à remuneração variável, mensurada com base na participação nos resultados antes dos impostos, excluídos os valores de equivalência patrimonial, na proporção de 70% (setenta por cento) destes, sendo devida mensalmente à medida que o resultado for sendo auferido.

No dia 5 do mês de novembro de 2019, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 5ª emissão privada de debêntures, onde foram emitidas 4.000 (quatro mil) debêntures simples, no montante de R\$

4.000.000,00 (quatro milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. As debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Farão jus à remuneração de 150% (cem e cinquenta por cento) do CDI. Em 27/10/2020 houve o Primeiro Aditamento a esta 5ª. Emissão de Debêntures, passando a remuneração ao percentual fixo de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao mês, a partir de 01/11/2020. Em 07/06/2022 houve o Segundo Aditamento a esta 5ª. Emissão de Debêntures, passando a remuneração de 135% (cento e trinta e cinco por cento) do CDI.

No dia 22 do mês de novembro de 2019, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 6ª emissão privada de debêntures, onde foram emitidas 2.500 (duas mil e quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. As debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Farão jus à remuneração fixa de 1% (um por cento) ao mês.

No dia 3 do mês de novembro de 2020, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 7ª emissão privada de debêntures, onde foram emitidas 4.000 (quatro mil) debêntures simples, no montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. As debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Farão jus à remuneração fixa de 0,60% (sessenta décimos por cento) ao mês.

No dia 1 do mês de dezembro de 2021, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 8ª emissão privada de debêntures, onde foram emitidas 4.000 (quatro mil) debêntures simples, no montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. As debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 60 (sessenta) meses. farão jus à remuneração de 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI. Em 02/12/2022 houve um aditamento passando a remuneração para 100% (cem por cento) do CDI, acrescidas de 3,10% ao ano.

A rubrica “Títulos e valores mobiliários” da Real Credi Securitizadora S.A. é composta com os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Debentures 1ª Emissão - Série 1 (Acionistas)		76.000
Remuneração Debêntures 1ª Emissão - Série 1		227.519
Debêntures 2ª Emissão - Série 1		284.000
(-) Debêntures 2ª emissão a Integralizar - Série 1		(34.000)
Remuneração Debêntures 2ª Emissão - Série 1		58.792
Debêntures 3ª Emissão - Série 1	848.000	2.790.000
Remuneração Debêntures 3ª Emissão - Série 1	313.729	469.238
Debêntures 3ª Emissão - Série 2	1.390.000	1.390.000
(-) Debêntures 3ª. Emissão a integralizar – série 2	(510.000)	(510.000)
Remuneração Debêntures 3ª Emissão - Série 2	222.223	64.115
Debêntures 4ª Emissão - Série única	3.342.175	4.000.000
(-) Debêntures 4ª. emissão a Integralizar - Série única	(1.499.342)	(2.511.000)
Remuneração Debêntures 4ª Emissão - Série Única	2.364.311	2.358.401
Debêntures 5ª Emissão - Série Única	2.605.000	3.292.000
(-) Debêntures 5ª emissão a Integralizar - Série única	(1.204.000)	(1.404.000)
Remuneração Debêntures 5ª Emissão - Série Única	372.143	179.293
Debêntures 6ª Emissão - Série Única	1.307.000	2.500.000
Remuneração Debêntures 6ª Emissão - Série Única	477.643	549.001
Debêntures 7ª Emissão - Série Única	4.000.000	4.000.000
(-) Debêntures 7ª. emissão a Integralizar - Série única	(3.523.000)	(3.523.000)
Remuneração Debêntures 7ª Emissão - Série Única	56.581	16.646
Debêntures 8ª Emissão - Série Única	4.000.000	4.000.000
(-) Debêntures 8ª. emissão a Integralizar - Série única	(2.069.000)	(4.000.000)
Remuneração Debêntures 8ª Emissão - Série Única	23.416	
Total Debêntures	12.516.879	14.273.005

11) Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo totalmente integralizado, representado por 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva de lucros

A companhia auferiu um lucro líquido no exercício de 2022 de R\$ 186.180,09 (cento e oitenta e seis mil, cento e oitenta reais e nove centavos) onde R\$ 81.456,59 (oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) foram utilizado para absorver prejuízos anteriores, R\$ 26.180,77 (vinte e seis mil, cento e oitenta reais e setenta e sete centavos) foram destinados ao pagamento de dividendos, e R\$ 78.542,31 (setenta e oito mil, quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e um centavos) destinado a conta de reserva de lucros, ficando a disposição da administração para destinações posteriores.

12) Resultado Operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais	(125.148)	49.484
Receita de Serviços	67.345	41.955
Receita de Securitização	1.651.843	1.119.350
(-) PIS sobre Receitas	(1.297)	(1.158)
(-) COFINS sobre Receitas	(7.982)	(7.130)
(-) ISS sobre Receitas	(3.366)	(2.097)
(-) Despesas de captação de debêntures	(1.831.691)	(1.101.436)
Despesas operacionais	(2.265.799)	(946.950)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.265.799)	(946.950)
Resultado operacional líquido	(2.390.947)	(897.466)

13) Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras	900.060	670.667
Juros Auferidos	792.018	661.159
Descontos Obtidos		282
Outras Receitas financeiras	107.758	9.226
Reversão de despesas	284	
Despesas Financeiras	(31.991)	(16.178)
Juros Passivos	(27.349)	(20)
Despesas com Cobrança	(2.877)	(14.785)
Despesas Bancárias	(1.393)	(1.205)
IOF	(221)	(101)
Multos de Mora	(44)	(67)
Descontos Concedidos	(107)	
Resultado financeiro líquido	868.069	654.489

14) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos de créditos a receber, e debêntures a pagar, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras e encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Duplicatas a receber (nota 6): os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 10): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022.

Curitiba - PR, 17 de maio de 2023.

Thiago Marcell Bertoncello Franciosi
Diretor Presidente

João Emanuel Faria
Contador
CRC/PR 002903/O-O